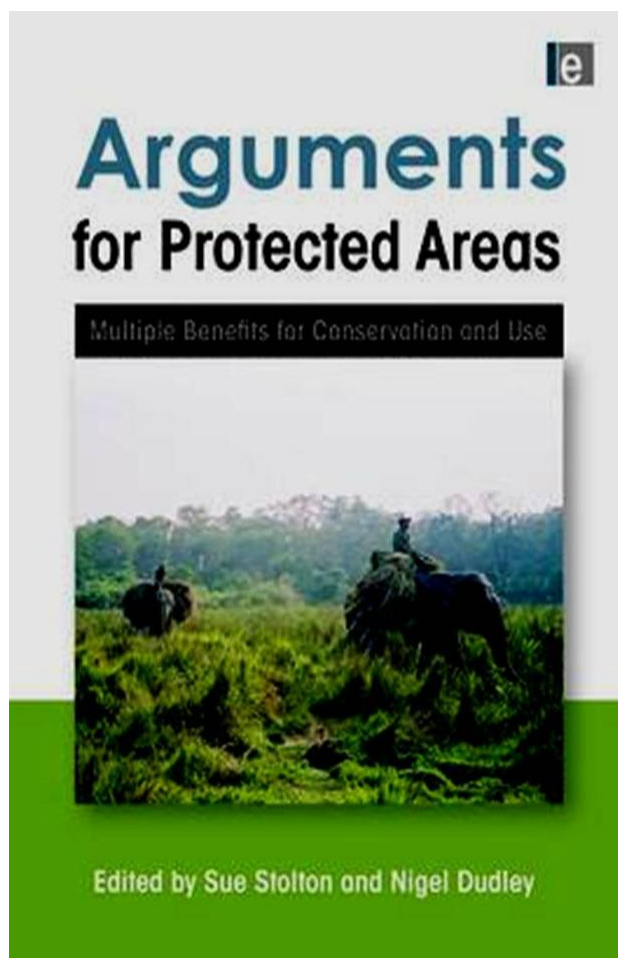


## RESENHA

STOLTON, Sue; DUDLEY, Nigel. *Arguments for Protected Areas: Multiple Benefits for Conservation and Use*. Washington, D.C.: EarthScan, 2010, 273 p.



Ismar Borges de Lima

Doutor em Geografia Humana e Turismo pela University of Waikato, Nova Zelândia  
Pesquisador-Associado no IESA - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/LABOTER  
Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil.  
Email: ismarlima@yahoo.com.br

O livro 'Argumentos em favor das Áreas Protegidas: Os Múltiplos Benefícios para o Uso e a Conservação', com seu título original em inglês, '*Arguments for Protected Areas: Multiple Benefits for Conservation and Use*', é uma coletânea de casos comentados, interpretados e analisados por 41 estudiosos, especialistas e ativistas em temas ambientais, em particular em conservação e preservação. A obra ainda não foi traduzida para a língua portuguesa, mas os interessados poderão obter o original em inglês na versão impressa ou em formato digital, e-livro, online.

O livro tem robustez e assegura credibilidade por reunir em seus 14 capítulos as várias perspectivas e cenários que ressaltam a importância de se ter 'ilhas ecológicas' ou

‘áreas ou regiões de especial valor natural’ como patrimônio coletivo resguardado e permanente; ‘áreas protegidas’ como uma vanguarda em favor dos biomas, dos ecossistemas, da fauna e da flora amparada por estruturas institucionais, legislação, e formas de governança específicas pertinentes a cada uma das regiões ou países citados.

A obra é uma rica fonte de dados e de experiências sobre áreas protegidas, atendendo aos múltiplos interesses, disciplinas e formações na academia, servindo tanto a estudantes de graduação e pós-graduação, quanto a pesquisadores, professores e demais interessados, e devido sua orientação interdisciplinar nas Ciências Sociais, a obra torna-se eclética em sua abordagem e aplicabilidade, sendo útil a geógrafos, planejadores, fazedores de políticas públicas, ecologistas, ambientalistas, bem como de proveito para burocratas do governo em todas as instâncias. Um dos revisores do livro classifica-o como um instrumento de avaliação honesto dos muitos valores e benefícios das áreas protegidas, deixando evidente que tais áreas não são objeto de interesse apenas dos conservacionistas, mas são de importância crítica para todos que são preocupados com o desenvolvimento sustentável e equidade.

Os capítulos relatam os desafios de se criar e manter reservas ecológicas em face à demanda crescente, em nível mundial, por recursos naturais e por áreas para plantio e pasto, denotando a franca expansão das fronteiras agrícola e do ‘bife’, cujos interesses são pautados por percepções, maiormente, antagônicas sobre o real valor das florestas, tendo de um lado ‘preservacionistas’ e do outro, ‘desenvolvimentistas’. Capital versus natureza; visões antropocêntricas e ecocêntricas sobre a relevância do meio ambiente. O livro busca equilibrar esses dois segmentos polarizados com um relato, sem pieguismo, das vantagens e desvantagens das áreas protegidas, bem como os benefícios e os custos de se tê-las.

O prefácio enfatiza que o livro é resultado de mais de dez anos de pesquisas, e as investigações transcenderam as preocupações tradicionais de conservação ao incluir aspectos como o valor intrínseco (e sagrado) da natureza, os serviços ambientais do ecossistema tais como a renovação dos gases e do ciclo das águas e dos recursos hídricos, além de abordar os benefícios medicinais que intrinsecamente existem caso matas nativas sejam preservadas para fins de pesquisas para o setor farmacêutico. Na contramão da preservação, alusão é feita de que o agronegócio, a pesca em larga escala

e predatória, o setor da mineração, e a indústria do biodiesel veem nas áreas protegidas barreiras para o crescimento e lucratividade.

Os organizadores do livro, Stolton e Dudley, elencam seis motivos que justificam a elaboração do livro. Com a obra, eles pretendem: primeiro, separar mito de realidade acerca do que realmente as áreas protegidas podem propiciar para a sociedade; segundo, ampliar as evidências sobre os benefícios das áreas protegidas com análises e dados que vão além dos casos clássicos no tema; terceiro, o desenvolvimento de parcerias para se ter intervenientes e grupos de eleitores que se tornem defensores da criação das áreas protegidas; quarto, a identificação de procedimentos que maximizem os benefícios das áreas protegidas; quinto, salvaguardar as áreas protegidas já existentes bem como substanciar argumentos imperativos para a criação de novas áreas; sexto, dar suporte para o trabalho do programa para a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD) em áreas protegidas (p.10).

Os 14 capítulos apresentam de forma sistemática o seu conteúdo, iniciando com uma introdução na forma de resumo de artigo, seguida do subtítulo ‘o argumento’, que por sua vez é dividido em dois eixos: ‘o valor’ e o ‘benefício’ das áreas protegidas; as seções seguintes dos capítulos centram-se na ‘contribuição atual das áreas protegidas’, nas necessidades futuras, e as opções de gerenciamento. Essas divisões e seções estão presentes de maneira quase que padronizada em todos os capítulos, revelando-se um roteiro e foco para a análise e interpretação. Os capítulos contam ainda com o uso considerável de ‘caixas textuais’ (*box*) com informações adicionais, além de figuras, tabelas, e registros pictográficos que ajudam a entender plenamente cada contexto. A maior parte dos capítulos termina com a apresentação de um, dois ou mais estudos de caso reforçando empiricamente, em diferentes regiões, o tema ou problema abordado. O livro preenche uma lacuna na literatura por seu escopo e abordagem ecléticos, dando ao leitor condições para se fazer uma comparação das diversas realidades das áreas protegidas no mundo, e a geopolítica em que estão inseridas.

O primeiro capítulo aborda as conexões entre áreas protegidas, meio ambiente, e bem-estar. O segundo capítulo advoga em favor das áreas protegidas como ‘lugares vitais’ para a ‘saúde’ e a ‘recreação’. Dois estudos de caso, um da Colômbia e o outro da Austrália, sustentam a posição da autora. O terceiro capítulo é sobre o papel das áreas protegidas para manter a ‘pureza’ (qualidade) e quantidade das nascentes em áreas

urbanas. Por exemplo, no capítulo é destacada uma pesquisa de 2003, ministrada pelo WWF e do Banco Mundial, em que foi revelado que um terço (ou seja, 33 das 105) das maiores cidades do mundo obtinha uma proporção significativa da água potável delas diretamente de áreas protegidas. O capítulo cita ainda uma lista de 33 áreas de florestas protegidas cuja existência tem aparentemente ajudado em serviços ambientais, tais como a renovação do ciclo de águas. Entre as áreas de florestas, são citados: o Parque Nacional de Brasília, e o Lago de Pedra do Cavalo e as Áreas de Proteção Ambiental Ipitinga e Joanes, todas em Salvador, Bahia. O reflorestamento do Parque Nacional Massif Tijuca, próximo ao Rio de Janeiro, com espécies nativas teve como objetivo assegurar as nascentes e o restabelecimento das reservas de água na região. Existe, portanto, um valor econômico intrínseco ao se manter florestas protegidas de forma sustentável para se salvaguardar os recursos hídricos e os serviços dos ecossistemas em termos de ‘regulação e suprimento de água’; algo estimado por Costanza et. Al. (1997) em US\$ 2.3 trilhões de dólares em nível mundial. Os exemplos citados são alguns dos argumentos apresentados no livro em favor das áreas protegidas.

O quarto capítulo é sobre ‘segurança alimentar’ e as áreas protegidas em que os autores analisam a conservação das lavouras e os estoques futuros de alimentos (dos grãos). O capítulo enfatiza ainda outros benefícios, pois as plantas podem prover um inestimável reservatório de diversidade genética que é a base da agricultura e, também garante a continuidade dela. O capítulo cita que a conservação da *Crop Wild Relatives* (CWR), as lavouras nativas, em áreas protegidas, propicia o benefício direto de conectar os serviços de ecossistemas, a diversidade genética das lavouras, e a conservação da agrobiodiversidade como ganhos para as comunidades intervenientes.

O quinto capítulo analisa dois estudos de caso: um sobre a ‘conservação da vida marinha’, e o outro sobre ‘os estoques de peixe de água doce’. O sexto capítulo centra-se na análise sobre ‘segurança natural’ em relação aos meios para se mitigar os efeitos dos desastres naturais. O tsunami de 2004, no Oceano Índico, e a devastação ambiental provocada por ele, e o plano de proteção e restauração para reduzir os impactos das enchentes no baixo Danúbio, são casos que subsidiam o tópico. De acordo com Randall, Stolton e Dolcemascolo, as áreas protegidas podem ter três funções principais na prevenção ou para mitigar os danos causados pelos desastres naturais: i) a manutenção dos ecossistemas naturais, tais como os mangues costeiros, arrecifes (corais), áreas

inundáveis nas margens dos rios e as florestas ajudam a criar uma ‘*buffering zone*’ (área de transição ou área de segurança) contra os efeitos devastadores dos desastres naturais (ex: tsunamis); ii) a manutenção dos ecossistemas de culturas tradicionais, tais como a agro-silvicultura, as plantações em um sistema de encostas, e as florestas de árvores frutíferas em terras áridas tem um papel significativo em mitigar os eventos climáticos extremos; iii) promover a restauração ativa ou passiva de tais sistemas nas regiões em que estejam degradados ou em desaparecimento.

O sétimo capítulo foca na ‘rede de segurança’ tendo nas áreas ambientais a contribuição para o bem-estar. Este capítulo acaba sendo uma extensão do primeiro capítulo sobre ‘bem-estar’ e ‘áreas protegidas’. O tópico é ilustrado com a apresentação do caso da Reserva Marinha Nacional Kiunga, no Quênia. O capítulo transcende o aspecto material das ‘áreas protegidas’ e centra-se nos aspectos subjetivos da fé e do sagrado como elementos promotores da criação e manutenção de áreas protegidas; o capítulo reforça a importância da crença e das tradições como impedimentos para a destruição do meio ambiente, tendo eles, em contrapartida, a função de promover a conservação da biodiversidade. Um dos estudos de caso é sobre os Locais Naturais Sagrados Ancestrais no Parque Nacional de Hoceima, no Marrocos. Já o capítulo nove agrupa estudos de caso que fazem conexão entre estilos tradicionais de vida, diversidade cultural e proteção das paisagens.

O capítulo 10 é sobre a relevância de áreas protegidas como valor agregado para o turismo e recreação. O gerenciamento do turismo em um ‘sistema de área protegida da Coréia do Sul’ reforça a análise dos autores. As mudanças climáticas e o papel das áreas protegidas são abordados no capítulo 11, e o estudo de caso é sobre a redução das emissões de carbono no Brasil a partir das áreas de conservação, em particular, o programa ARPA - *Amazon Region Protected Areas* -, cuja meta até 2013 é proteger 500.000 km<sup>2</sup> de ecossistemas naturais; uma estratégia para se propiciar a conservação da biodiversidade, o gerenciamento dos estoques de carbono e do efeito estufa. No capítulo 12, a Reserva da Biosfera Binacional da Amizade situada entre Panamá e Costa Rica é o caso investigado para se entender o papel das áreas protegidas para a resolução de conflitos. No capítulo 13, o caso do Parque Nacional Kaziranga, na Índia, reporta cem anos de sucesso em conservação.



O livro encerra com um apanhado dos principais pontos acerca das vantagens e desvantagens sobre as áreas de proteção com um capítulo intitulado, ‘Lugares preciosos: alcançando-se os direitos de argumento’, e os autores do capítulo Nigel Dudley, Marc Hockings and Sue Stolton sustentam que “o sistema de área protegido do mundo é em si próprio um esforço massivo para manter o equilíbrio de ecossistemas, de pessoas, e mesmo do clima e, também, de manter um balanço entre as várias demandas e pressões que continuam assolar os ecossistemas naturais” (p. 253). Para os autores, as ferramentas efetivas para a conservação em face às pressões por desenvolvimento incluem as áreas protegidas, inclusive as controladas pelo estado, pelos indígenas e aquelas que estão sob custódia e responsabilidade das comunidades locais, bem como as reservas particulares gerenciadas por empresas ou *trusts* (grupos corporativos).

Assim, o livro reúne um número de fatores que juntos somam positivamente para a existência e multiplicação das áreas protegidas, mesmo que os vários casos apresentados nos capítulos demonstrem diferenças no alcance de resultados, por exemplo, em termos de distribuição de recursos, de preservação ou de benefícios sociais. Apesar dessa irregularidade e não-uniformidade, as áreas protegidas são apresentadas como ‘um caminho existente e pronto’ para ser usado na manutenção dos biomas, da flora e fauna, dos serviços ambientais, e para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida em geral, pois já possuem - em diferentes níveis - uma estrutura institucional, legislativa e regulatória, o que facilita formas de ‘governança ambiental’, leia-se aqui, ‘arranjos colaborativos coletivos e de base-participativa para a gestão e manejo dos recursos e patrimônio naturais. Existe ainda a necessidade de identificar e quantificar a grande variedade de benefícios econômicos, ambientais e sociais advindos das áreas ambientais.

Em resumo, o livro serve de plataforma e de subsídio acadêmico e de pesquisa para aqueles que queiram prosseguir nesta linha de investigação ou para aqueles que queiram criar modelos de desenvolvimento regionais levando em consideração áreas de proteção e de conservação. Com o avanço dos interesses econômicos, principalmente em relação à fronteira agrícola e da pecuária, as ilhas ecológicas se tornam redutos de ecossistemas, e por isso têm o papel de evitar a fragmentação completa das florestas evitando colocar em risco milhares de espécies da flora e da fauna. É notório que muitos ainda sejam céticos ou alheios de que a qualidade de vida das pessoas e da

sociedade está diretamente ligada à qualidade das áreas verdes e dos serviços ambientais propiciados por elas, mas é necessária uma harmonização das relações ‘sociedade’ e ‘natureza’.

Recebido para publicação em março de 2011

Aprovado para publicação em março de 2011